

A ONDA CONSERVADORA SAI DO “ARMÁRIO”?! O DEBATE SOBRE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL NAS ESCOLAS DE SANTA CATARINA

Eixo Temático ET 28 - Ofensivas Antigênero: Atores, Dinâmicas e Políticas

Assis Felipe Menin ¹

RESUMO: Santa Catarina é o estado com o maior em número de pessoas que se declaram religiosas segundo o IBGE (2010), e o segundo estado que mais votou em Jair Bolsonaro em 2018. É nesse estado singular e em um ambiente tecnomediatizado que o espectro da “ideologia de gênero” se interioriza como elemento do pânico moral e sexual. Este trabalho, parte da discussão em andamento da pesquisa de doutorado, procura demonstrar, através da história do tempo presente, às ações reações e atores do conservadorismo catarinense na tentativa de barrar discussões de gênero e diversidade sexual nas escolas do estado. (Re)ações que não estão desvinculados do nacional e do global e que encaram gênero, sexualidade dissidentes, aborto, família e educação como empreendedorismo na proteção da infância e da “família”.

Palavras-chave: Conservadorismos; Educação, “ideologia de gênero”, Santa Catarina, interior.

INTRODUÇÃO

Santa Catarina é um estado que imprime na sua colonização e no imaginário o elemento branco, de ‘origem’ e cristão em diferentes momentos e contextos. Foi colonizada de forma mais significativa por portugueses na região litorânea a partir do século XVIII e por italianos, alemães, poloneses, ucranianos e japoneses e seus descendentes em diversas regiões do estado no final do século XIX e no decorrer do XX. A população indígena, os negros e outros grupos nacionais, sobretudo pequenos agricultores de subsistência e posseiros, sofreram com as consequências desses grupos estrangeiros, que os fizeram migrar ou os tornaram seminômades no estado.

¹ Doutorando em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Este trabalho é parte de minha pesquisa de doutorado em Ciências Humanas.

Esse estado que é o mais religioso do Brasil e o mais branco, segundo o IBGE (2010), também é o segundo estado que mais deu votos ao candidato à presidência em 2018, Jair Bolsonaro (PSL).

Aqui pretende-se investigar como a representação e os dispositivos (FOUCAULT, 1987) da “ideologia de gênero”, bem como o gênero e diversidade sexual aparecem e são representados nos jornais e discursos políticos-religiosos e de outros empreendedores morais (MISKOLCI, 2021).

O uso desse discurso/*dispositivo* da “ideologia de gênero”, em documentos da Igreja Católica e mais recentemente nos discursos evangélicos, tem facilitado intervenções jurídicas que se traduzem em moralismo religioso na repulsa aos “anormais” (FOUCAULT, 2001) e da perversão sexual argumentada por Rubin (1984), que se explica em um pânico moral e sexual ancorados na moralização do direito (VAGGIONE, 2020).

A busca por materiais considerados doutrinadores em livros didáticos e nos Planos de Educação, despertou um novo ímpeto censor entre grupos conservadores nos pequenos municípios do interior catarinense.

ANTECEDENTES

O movimento pela inserção de temáticas relacionadas ao gênero e às sexualidades dissidentes nas escolas do Brasil tem um histórico de mobilizações sociais, tanto de lideranças populares quanto de ações institucionais, assim como assinaturas e marcos legais, nacionais e internacionais, que o Brasil preconizou e procurou garantir em seus documentos, sobretudo, a partir do final dos anos 1990 e início dos anos 2000.

Em 1998, o estado de Santa Catarina, na sua Proposta Curricular, mais especificamente nos Temas Multidisciplinares, possuía o tópico Educação Sexual numa perspectiva não essencialista em referência às diferenças sexuais, já muito influenciado pelos debates da academia.

Em 2005, a Proposta Curricular de Santa Catarina trazia em seu texto a preocupação da sexualidade numa perspectiva pós-estruturalista, tendo como referência a educadora Guacira Lopes Louro. A proposta manifestava a importância das comunidades escolares em debates e temáticas relacionados à orientação sexual, à homofobia, às relações de gênero e a outras formas interseccionadas de violência e de discriminação.

A partir dos anos 2010, diversos eventos impulsionaram reações conservadoras no Brasil. Caso das discussões em torno da educação e do casamento homoafetivo que já vinham sofrendo inflexões por parte da população contrárias ao debate. Essa retórica se aglutina ainda mais com o reconhecimento do Casamento Homoafetivo pela justiça brasileira em 2013, assim como ganha uma massa polarizada que começa a ganhar vida nas manifestações de junho de 2013. Essas manifestações contribuíram para a consolidação do antipetismo e na repulsa da esquerda, e numa contínua dilatação com a Operação Lava Jato² em 2014 e posteriormente nas discussões em torno da inclusão gênero no Plano Nacional de Educação, em 2015.

O ESTADO CATARINENSE, A ESCOLA E O GÊNERO

O antipetismo em Santa Catarina expressou-se pelas urnas em 2014, quando a candidata Dilma Rousseff (PT) obteve pouco mais que 35% do votos³, sendo o estado que menos votou na petista.

Em meio aos acontecimentos dos últimos anos e as eleições de 2014, com a disputa acirrada entre esquerda e direita, mas não no estado catarinense, que tinha ampla vantagem da direita, emerge um novo *dispositivo* para se fazer política: as redes sociais. As redes sociais possibilitaram a aproximação afetiva e subjetiva de indivíduos com pensamentos semelhantes, no que podemos chamar de fluxo vertical digital dos ativismos contra a esquerda ou pautas associadas, como o multiculturalismo, feminismo e o movimento negro. Ou seja, por meio das redes, os pensamentos iguais ou semelhantes se encontram e compartilham com outros grupos, outras plataformas e outros aplicativos da *web* suas posições em diferentes espaços, ambientes e regiões. O ativismo de 2018 seria ainda maior.

Nas Câmaras de Vereadores, de parte dos municípios do estado catarinense, políticos contrários à inserção de gênero nos currículos manifestavam-se contrariamente sobre o gênero, como em Brusque porque “entendendo que serve apenas para confundir os pensamentos das crianças e adolescentes”⁴. Nessa disputa contra o gênero nas escolas

² Operação da Polícia Federal do Brasil para investigar casos de corrupção no governo. Nessa investigação, lideranças políticas importantes brasileiras foram indiciadas, como o Ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

³ Sobre o resultado das eleições de 2014, ver a notícia:

<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/blog/eleicao-em-numeros/>. Acesso em 23 de ago. de 2022.

⁴ Ata do Câmara de Vereadores de Brusque, número 34, de 7/07/2015. Disponível em:

<https://www.legislador.com.br/LegislatorWEB.ASP?WCI=ExpedienteTexto&ID=11&inExpedienteAta=2&dtReuniao=07/07/2015&tpReuniao=1&dsVerbete=>. Acesso em 01 de jun. de 2021.



VIII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

IV Seminário Internacional
Corpo, Gênero e Sexualidade

IV Luso-Brasileiro Educação
em Sexualidade, Gênero,
Saúde e Sustentabilidade

estava também o *think tank*⁵ pró-vida e pró-família *Grupo de Proteção da Infância e Adolescência de Brusque (GRUPIA)*. A organização possui como representante indivíduos ligados à advocacia, processo que Vaggione (2020) denomina de “juridificação” moral. Essa organização defendia a obrigatoriedade do Dia dos Pais e das Mães na escola, e a exclusão de gênero e diversidade sexual no PME, o que acabou acontecendo. Após debates, e a retirada de orientação sexual e diversidade de gênero, o texto do PME de Brusque ficou assim:

1.18 Assegurar à criança, de até 12 anos, educação adequada à sua faixa etária, sendo vedado ministrar-lhes qualquer conteúdo sexual.

1.19 Assegurar ao adolescente, acima de 12 anos, educação adequada à sua faixa etária, sendo permitidos temas referentes à educação sexual somente após aprovado, o conteúdo e a metodologia de abordagem, pela Associação de Pais e Professores, em reunião prévia, registrada em ata, com vigência para o ano letivo a que se reunirem⁶.

O Grupia ainda influenciou outros municípios, como a pequena cidade de Rio Fortuna, que deu 89,63% dos seus votos a Jair Bolsonaro. Essa cidade recebeu correspondência⁷ da organização de Brusque e por influência ou não de tal documento, retirou gênero, diversidade sexual e orientação sexual do plano.

Blumenau foi mais explícita em seu texto afirmando que: “4.23 É vedada a manutenção ou a inclusão das expressões “ideologia de gênero” e “orientação de gênero” em quaisquer documentos da educação e, em especial, nas diretrizes curriculares”⁸.

Outro município do estado, Pomerode⁹, embora tenha sido aprovado com categoria gênero, posteriormente em 2017 recebeu uma lei complementar, pontuando que a “ideologia de gênero” por parte do profissional de educação não poderá impor a sua ideologia à criança, papel este destinado à família no ensino por parte do profissional de educação que poderá impor a sua ideologia à criança, papel este destinado à família” (ata 338/2017, Pomerode).

⁵ *Think Tanks* são organizações que divulgam ideias que influenciam políticos, opinião pública sobre políticas públicas. Embora alguns *think tanks* costumem se autodenominar como apartidários e/ou sem viés ideológico, toda a sua estrutura e financiamento são financiadas por grupos de interesses, sendo, portanto, ideológicos.

⁶ PME de Brusque (2015-2024). Jair Bolsonaro recebeu 86,80% dos votos em 2018. Esse dado é importante na análise pois, em 2018, Jair Bolsonaro (PSL), candidato, tinha como um de seus objetivos de programa, o fim da “sexualização precoce”. Além de seus discursos contra a “ideologia de gênero”.

⁷ A assunto foi comentado na Câmara de Vereadores de Rio Fortuna que diz o seguinte: “Correspondência do Grupo de Proteção da Infância e Adolescência- GRUPIA, da cidade de Brusque, através da qual faz pedido a esta Casa Legislativa, para que não seja incluído a ideologia de gênero no Plano Municipal de Educação”. Ata de 23/06/2015.

⁸ Plano Municipal de Educação de Blumenau. Nessa cidade Jair Bolsonaro teve 75,92% de votos em 2018.

⁹ Jair Bolsonaro recebeu 87, 16% dos votos em Pomerode.



VIII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

IV Seminário Internacional
Corpo, Gênero e Sexualidade

IV Luso-Brasileiro Educação
em Sexualidade, Gênero,
Saúde e Sustentabilidade

Se a nível nacional a Igreja Católica se organizava no impedimento da inclusão de gênero e diversidade sexual nos planos educacionais, a nível local o mesmo acontecia. É no ano de 2015, com as discussões do Plano Municipal de Educação, e 2018, com a disputa eleitoral, que a Igreja Católica mais se manifestou sobre o assunto em Santa Catarina. Padres ativistas e mais vinculados ao conservadorismo dos carismáticos, foram mais ativos em 2015 em comparação com 2018, o mesmo se inverte em relação aos evangélicos, que foram mais atuantes em 2018.

A função da igreja no interior catarinense foi de apresentar a “verdade” sobre o assunto, a defesa política de um tipo de sexualidade, ou como apontam Silvânia SIEBERT e Israel Vieira PEREIRA (2020, p. 244) “alguma espécie de alívio moral e ético aos sujeitos”, de que alguém está a fazer algo, ao mesmo tempo que cria pânico moral e sexual gerando incertezas sobre o assunto.

Em julho de 2015, na cidade de São Bento do Sul, o jornal local apontava para o “perigo” dessas discussões em sala de aula por um padre, doutor em Teologia Moral, da Rede Canção Nova:

“...Inclusive, já existem escolas para crianças na Suécia e na Holanda, onde não se pode chamar o aluno de menino ou menina, chama-os apenas de crianças, porque eles devem decidir quando crescerem se serão homens ou mulheres, o que é antinatural”¹⁰.

Em seu artigo o padre expõe a *anormalidade* (FOUCAULT, 2001) que vem de fora e pode se instalar no Brasil e nas escolas de São Bento do Sul. Assim, como na disseminação da “ideologia de gênero” pela Igreja Católica no início do século XXI era tratada como algo de fora, o exterior é utilizado como bode expiatório, algo que vem de fora, gera dúvidas, ambiguidades. Grande parte dessas *Fake News* ou teorias conspiratórias eram “importadas” do exterior, de integrantes da Igreja Católica em outros países.

A união de política e religião para um “bom combate” em comum é reforçada com a participação de personagens que estão no meio de campo, como advogados, juízes, promotores. Ainda em 2018, foi criada a UJUCAT-SC¹¹ (União dos Juristas Católicos de Santa Catarina), que possui como lema a defesa dos Valores Cristãos. Uma de suas

¹⁰ Artigo de opinião veiculada no Jornal Revolução de São Bento do Sul. Disponível em: <https://www.jornalevolucao.com.br/busca#.YpQoeajMI2w>. Acesso em 23 de ago. de 2022.

¹¹ Site do UJUCAT/SC e os valores que ela representa. Disponível em: <https://ujucat-sc.wixsite.com/inicio/sobre-a-ujucat-sc>. Acesso em 17 de jul. 2022.



VIII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

IV Seminário Internacional
Corpo, Gênero e Sexualidade

IV Luso-Brasileiro Educação
em Sexualidade, Gênero,
Saúde e Sustentabilidade

primeiras ações, ainda em 2018, foi atuar diretamente para retirada das referências a gênero e diversidade sexual do PME de Sombrio, sul de Santa Catarina.

Quantos às escolas particulares, o Sindicato das Escolas Particulares de Santa Catarina (SINEPE) foi (e continua sendo) contra a inserção da temática gênero nas escolas, costumeiramente fazendo campanha em seus jornais mensais do sindicato, possui em seu site o espaço da família onde alerta que essa “doutrinação” ocorreu em outros países, conforme trecho extraído de seu site: “Mas sabemos – porque já ocorreu em outros países – que as crianças crescerão sem saber se são meninos ou meninas”.¹² Em seu site, costuma divulgar no jornal alertas sobre a “ideologia de gênero”, bem como vídeos¹³ como especialistas no assunto.

A Igreja Católica em Santa Catarina e seus posicionamentos políticos não estavam explicitamente claros nas eleições de 2018. Embora muitas ações, manifestações, palestras, discursos foram realizados anterior às eleições, o que demonstra uma posição política por parte da Igreja. Em Joinville, a Diocese da Igreja Católica promoveu a formação para as famílias com o tema “Ideologia e ideologia de gênero”¹⁴.

Possivelmente como consequência desse pânico moral, em 2015, os PME de 96 municípios catarinenses não tinham qualquer menção a gênero e orientação sexual. Aqueles que mencionam apenas gênero são 72. Posteriormente, com a eleição de deputados estaduais alinhados ao governo de Jair Bolsonaro, diversos planos retiraram os termos gênero e orientação sexual. E alguns projetos de lei continuam em tramitação nas câmaras de vereadores.

ALGUMAS CONCLUSÕES

Tais discursos se deram a partir de reações a leis e políticas públicas de gênero, orientação sexual e educação sexual nas escolas. Como se cria então esse pânico moral e esse conjunto de convicções? (i) Colocando no mesmo discurso crianças/adolescentes e gênero, (ii) escola e diversidade sexual. A “pureza/inocência” das crianças e adolescentes,

¹² Disponível no *Flyer* produzido pelo sindicato sobre o que é “ideologia de gênero”.

<https://drive.google.com/file/d/0B-sp2fVvTW7ZOHhEZTB2Y2JCb3c/view>. Acesso em 18 de jul. de 2022.

¹³ Em um de seus vídeos diz que a “ideologia de gênero deixa marcas para sempre”. Disponível em: <http://www.sinepe-sc.org.br/video/doutrinacao-da-ideologia-de-genero/>. Acesso em 19 de jul. de 2022.

¹⁴ A diocese de Blumenau também ofereceu uma palestra com um promotor de justiça, intitulada “Por que dizer não à ideologia de gênero?”.

passa a ser ameaçada por indivíduos ou pelo estado, vistos como imorais. Aliado a isso, as famigeradas *Fake News* que invadiram vários meios de “informação” online, canais de televisivos evangélicos e católicos. Os aplicativos do *Facebook*, *WhatsApp*, *Twitter* e *Youtube* com fotos adulteradas e notícias pérfidas, justamente para causar no ápice de sua visualização a emoção.

As vítimas desse empreendedorismo moral na verdade são estudantes que deixam de estudar e conviver com base nas diferenças, pois a não discussão faz permanecer os silêncios e opressões, favorecendo os discursos de ódio.

REFERÊNCIAS

- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987.
- FOUCAULT, Michel. **Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MISKOLCI, Richard. **Batalhas Morais: Política Identitária na esfera pública técnico-mediatizada**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- RUBIN, Gayle. Pensando o sexo: notas para uma teoria radical das políticas da sexualidade, 1984. [Florianópolis] Disponível em: <http://www.miriamgrossi.cfh.prof.ufsc.br/pdf/gaylerubin.pdf>>. Acesso em. 29 de jul. de 2022.
- SIEBERT, Silvânia e PEREIRA, Israel Vieira. A pós-verdade como acontecimento discursivo. **Linguagem em (Dis)curso [online]**. 2020, v. 20, n. 02, pp. 239-249.
- VAGGIONE, Juan Marco. A Restauração Legal: O neoconservadorismo e o direito na América Latina. In. BIROLI, Flávia, MACHADO, Maria das Dores Campos, VAGGIONE, Juan Marco. **Gênero, Neoconservadorismo e Democracia: Disputas e Retrocessos nas América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2020.